



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL**



 RUTH
BARBOSA
SAMPAIO
22/01/2026 10:24

PLANEJAMENTO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2025

Mensagem da Diretora da Escola Judicial

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região reafirma, em 2025, o compromisso de promover uma formação contínua, crítica e transformadora, voltada ao aprimoramento técnico e humano de magistrados e servidores.

A capacitação constitui-se como um instrumento essencial de fortalecimento institucional, estimulando a reflexão, a inovação e o compromisso ético que norteiam a prestação jurisdicional. A cada ação formativa, reafirmamos nossa missão de fomentar o desenvolvimento de competências que assegurem uma Justiça do Trabalho mais inclusiva, eficiente e sensível às transformações sociais e tecnológicas.

Com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e pela Resolução Administrativa nº 85/2017 deste Regional, a Escola Judicial consolida seu papel como espaço de saber, diálogo e evolução permanente.

Seguimos convictos de que investir em capacitação é investir em justiça, em cidadania e no fortalecimento da confiança social no Poder Judiciário.

Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio
Diretora da Escola Judicial do TRT da 11ª Região

1. Apresentação

O Planejamento Anual de Capacitação 2025 da Escola Judicial do TRT da 11ª Região tem por finalidade orientar, integrar e consolidar as ações formativas voltadas a magistrados e servidores, em consonância com as atribuições definidas pela **Resolução Administrativa nº 85/2017**, que estabelece a promoção do aperfeiçoamento técnico, científico e humanístico dos integrantes da Justiça do Trabalho.

O plano anual de atividades está fundamentado no Projeto Pedagógico da Escola Judicial do TRT da 11ª Região, cuja concepção de aprendizagem pressupõe a participação ativa dos alunos na própria dinâmica do processo de ensino e aprendizagem, à qual se

vislumbra uma reorganização dos conhecimentos adquiridos, situando o indivíduo em patamar mais elevado que o possibilite intervir nas situações demandadas no meio profissional. Visa assegurar coerência pedagógica às atividades realizadas, valorizar a experiência acumulada pela EJUD11 e promover a permanente atualização dos profissionais que compõem o Regional, atendendo às demandas institucionais e às políticas nacionais de formação do Judiciário Trabalhista.

2. Princípios Norteadores da Capacitação

As ações da Escola Judicial estão fundamentadas em princípios que orientam toda a sua prática formativa:

- **Valorização da pessoa humana** – reconhecimento da dignidade, da diversidade e da subjetividade de cada participante;
- **Aprendizagem significativa** – estímulo à construção ativa do conhecimento, com base na experiência profissional e na reflexão crítica;
- **Ética e responsabilidade social** – promoção de práticas educativas comprometidas com a integridade, a equidade e o respeito aos direitos fundamentais;
- **Inovação e tecnologia** – incentivo à incorporação de ferramentas e metodologias digitais, ampliando o alcance e a efetividade das ações;
- **Sustentabilidade e cidadania** – incentivo a práticas pedagógicas que fortaleçam a cultura ambiental, a inclusão e a solidariedade social;
- **Eficiência institucional** – formação voltada à melhoria dos serviços judiciais e administrativos prestados à sociedade.

3. Objetivos Gerais e Específicos

Objetivos Gerais:

Promover o desenvolvimento contínuo de magistrados e servidores, assegurando a atualização de competências técnicas, gerenciais e socioemocionais, de modo a fortalecer a excelência da prestação jurisdicional e o compromisso ético com o serviço público.

Objetivos específicos:

- Consolidar uma cultura organizacional voltada ao aprendizado contínuo;
- Atender às demandas de capacitação previstas pelo Conselho Nacional de Justiça, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e ENAMAT;
- Incentivar o desenvolvimento de competências comportamentais e gerenciais;
- Promover formações voltadas à inclusão, à acessibilidade e à equidade;
- Estimular a adoção de práticas inovadoras e sustentáveis no âmbito do TRT11;
- Integrar ações de formação com os objetivos estratégicos institucionais.

4. Eixos Temáticos e Linhas de Formação

As ações de capacitação da EJUD11 estão estruturadas em eixos temáticos que refletem a diversidade das competências institucionais e humanas requeridas no contexto atual da Justiça do Trabalho:

- **Direito e Sociedade:** formação voltada à compreensão das relações sociais, éticas e jurídicas contemporâneas, com ênfase em direitos humanos, diversidade e sustentabilidade;
- **Alteridade:** ações que fortalecem a empatia, o respeito às diferenças e a escuta ativa nas relações profissionais e interpessoais;
- **Resolução de Conflitos:** aperfeiçoamento técnico e comportamental voltado ao julgamento, mediação, conciliação e gestão eficiente dos processos;
- **Ética:** ênfase no comportamento institucional ético, na conduta pública e na responsabilidade social;
- **Tecnologia:** capacitação em ferramentas digitais, gestão de dados, inteligência artificial e inovações aplicadas ao serviço judicial e administrativo.

5. Diretrizes Metodológicas e Pedagógicas

A proposta pedagógica da EJUD11 privilegia metodologias participativas, dialógicas e contextualizadas, que favorecem a reflexão crítica e a integração entre teoria e prática. As ações podem ocorrer nas modalidades presencial, telepresencial, híbrida e a distância, buscando atender à diversidade de públicos e à realidade geográfica da 11ª Região.

São diretrizes metodológicas permanentes:

- Integração entre saber técnico, ético e humanístico;
- Estímulo à aprendizagem colaborativa;
- Uso de metodologias ativas (oficinas, estudos de caso, debates, laboratórios de práticas);
- Valorização da escuta e do protagonismo dos participantes;
- Adoção de linguagem acessível e inclusiva.

6. Avaliação das Ações Formativas

A avaliação dos cursos e programas de capacitação será realizada em múltiplos níveis, de modo a garantir a efetividade do processo de aprendizagem e o retorno institucional das ações:

1. **Avaliação de Reação:** identifica o grau de satisfação dos participantes quanto ao conteúdo, metodologia, instrutores e aplicabilidade;
2. **Avaliação de Aprendizagem:** verifica a assimilação dos conteúdos e o desenvolvimento de competências;
3. **Avaliação de Aplicação:** analisa como o aprendizado é incorporado ao cotidiano profissional e às práticas de gestão; mede se e como os participantes estão utilizando o que aprenderam no seu ambiente de trabalho (ou na vida profissional). A avaliação de aplicação é mais comportamental e contextual: exige acompanhamento pós-curso para verificar a transferência para a prática.
4. **Avaliação de Resultados:** mensura o impacto institucional da capacitação em termos de melhoria de desempenho e alcance de metas estratégicas; mede os efeitos mais amplos e de longo prazo da capacitação, ou seja, se a aprendizagem e aplicação geraram mudanças organizacionais, melhoria de desempenho institucional, economia de custos, aumento de eficiência, qualidade, satisfação dos jurisdicionados, etc.

Esses instrumentos permitirão o aperfeiçoamento contínuo da política de formação da EJUD11 e o alinhamento às diretrizes nacionais de avaliação da ENAMAT e da Rede de Escolas Judiciais.

A EJUD11, a partir de janeiro de 2025 passou a contar com o SISEJUD, sistema nacional das escolas, o qual vem auxiliando na extração de relatórios e ajudando no acompanhamento das melhorias, e considerando as concepções de conhecimento, competência e aprendizagem que fundamentação o projeto pedagógico da escola, a avaliação passou a ser obrigatória, a fim de subsidiar na identificação dos problemas, variantes e melhoras que impactam nos resultados esperados pela escola. As avaliações como prática multidisciplinar que, integrando todo o processo pedagógico, tem como objetivo analisar e realimentar os resultados das ações educacionais.

Assim compreendida, a avaliação é também o ato de planejar, estabelecer objetivos e verificar seu alcance, envolvendo a tomada de decisões para a melhoria do processo como um todo, possibilitando que se promovam os ajustes necessários para que sejam atingidos os objetivos das ações educacionais propostas.

7. Síntese das Atividades de 2025

O **Plano Anual de Capacitação 2025**, em execução desde janeiro, já contemplou uma programação robusta e diversificada, abrangendo cursos obrigatórios e temáticos voltados a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.

Para elaborar a trilha de aprendizagem a EJUD realizou o mapeamento dos cursos observando o que segue:

- a) Alinhamento com as necessidades institucionais: (cumprimento da Resolução do CSJT 159/2015);
- b) Legislação vigente (Resoluções do CNJ, CSJT e ENAMAT);
- c) Demandas de capacitação identificadas no TRT11 e surgidas durante o exercício;
- d) Desenvolvimento de competências específicas para o judiciário trabalhista;
- e) Análise das necessidades educacionais

CURSOS OBRIGATÓRIOS E RECOMENDADOS

	CURSO	PREVISÃO NORMATIVA	CONDIÇÃO	PERIODICIDADE	PÚBLICO-ALVO
1	Formação Continuada de Magistrados	Res. ENAMAT N.º 28, de 28 de setembro DE 2022	Obrigatório	Semestral	Magistrados(as)

2	Desenvolvimento Gerencial	Art. 5º, Anexo II, da Portaria Conjunta nº 3, do STF; no art. 5º, 3º a 5º da Lei nº 11,416/2006 e nos art.8º, V e 2º da Resolução 159/2015 do CSIT		Bienal	Servidores(as)
3	Reciclagem Anual da Atividade de Segurança	Res. CSJT Nº 315, de 26 de novembro de 2021.		Anual	Agentes de Segurança Judiciária
4	Novas Tecnologias e Ética nas Redes Sociais	Res. CNJ Nº 305 de 17/12/2019 – Art. 7º; Res. ENAMAT 27/2022		Bienal	Magistrados(as)
5	Formação de Supervisores e Coordenadores de Cejusc	Res. CSJT Nº 288, de 19 de março de 2021 Res. CSJT Nº 174, de 30 de setembro de 2016		Anual	Magistrados(as) e Servidores(as)
6	Política Nacional de Responsabilidade e Socioambiental da Justiça do Trabalho	Ato Conjunto CJST.TST.GP Nº 24, de 13 de novembro de 2014 – art. 13	Obrigatório (Obs.: Art. 13. O CSJT, o TST e os TRTs devem inserir o tema da responsabilidade socioambiental em seus programas de capacitação para mestres e servidores)		
7	Sensibilização e capacitação contínua sobre Sustentabilidade (Agenda 2030)	Res. CNJ Nº 400 de 16/16/2021 - ART		Anual	Magistrados(as) e Servidores(as)
8	Libras	Res. CSJT Nº 218, de 23 de março de 2018 – art 2º	Obrigatório (Obs.: Art. 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho deverão dispor de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de servidores ou terceirizados com capacitação básica em LIBRAS)		

9	Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual	Res. CNJ Nº 351 de 28 de outubro de 2020 – art. 16 e 18-a	Obrigatório (Obs.: Art. 18-A. Fica instituída a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação, que será realizada nos tribunais na primeira semana de maio de cada ano. Parágrafo único. As ações preventivas e formativas deverão ser realizadas durante toda a semana, contemplando magistrados, servidores, estagiários e colaboradores terceirizados)		
10	Acessibilidade	Res. CNJ Nº 401 de 16/06/2021 – ART 17	Obrigatório		
11	Inovação	Res. CNJ Nº 395/2021		Anual	
12	Precatórios	Res. CSJT Nº 314, de 22 de outubro de 2021 – art. 57	Obrigatório (Obs.: Art. 57 [...] É obrigatória a participação anual nos cursos de formação continuada aos juízes Auxiliares de Precatórios, dos servidores lotados no setor de precatórios bem como de, no mínimo, 2 (dois) servidores por unidade judicial de primeiro e segundo graus de jurisdição)		Magistrados(as) e Servidores(as)

13	Programa Trabalho Seguro	Res. CSJT N° 324, de 11 de fevereiro de 2022 – art. 2º, III	Obrigatório		
14	Segurança da Informação	Res. CNJ N° 396 de 07/06/2021 – art 19, IV		Não Fixada	
15	Povos Indígenas	Res. CNJ N° 454 de 22 de abril de 2022 – art. 24			
16	PJE- Processo Judicial Eletrônico	Res. CSJT N° 185, de 24 de março de 2017		Anual	
17	Digitalização	Res. CNJ N° 469 de 31/08/2022		Não Fixada	
18	Teletrabalho	Res. CSJT nº 151, de 29 de maio de 2015	Obrigatório	Anual	Magistrados(as) e Servidores(as)
19	Linguagem Simples	Lei n. 13460/2017 – Art. 5, XIV		Não Fixada	
20	Gestão Documental	Res. CNJ N. 324, de 30 de junho de 2020			
21	Política Judiciária sobre Pessoas Idosas e suas Interseccionalidades	Resolução CNJ nº 520/2023		Anual	
22	Programa de Preparação para Aposentadoria para Magistrados - PPA	Res. CNJ n. 526, de 20 de outubro de 2023			Magistrados(as)

23	Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância	Res. CNJ n. 470/2022		Não Fixada	Magistrados(as) e Servidores(as)
24	Identidade de Gênero	Res. CNJ Nº 270 de 11/12/2018 – ART. 7º			
25	Igualdade de Gênero	Res. CNJ Nº 255 de 04/09/2018 e Recomendação nº 128, de 15 de fevereiro de 2022.	Recomendado	Não Fixada	
26	Cooperação Judiciária	Recomendação Nº 107, de 15 de setembro de 2021. Res. CNJ Nº 350 de 27/10/2020			
27	Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário brasileiro – Questão Racial	Res. CNJ Nº 440 de 07/01/2022 – ART. 4º		Não Fixada	
28	Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades	Res. CNJ Nº 425 de 08/10/2021		Anual	
29	Índice de Capacitação em Precedentes Obrigatórios	Res. CSJT nº 388/2024 e Ato CSJT.GP.SG.SEGGEST nº 102/2024	Obrigatório		Magistrados(as) e Servidores(as)
30	Plano Anual de Capacitação das Áreas de Aquisições	Res. CNJ Nº 347 de 13/10/2020 – Decreto 10.024/2019 – Art. 16;		Anual	Servidores das Áreas de Aquisições
31	Plano Anual de Capacitação Controle Interno	Res. CNJ Nº 309 de 11/03/2020 – Art 69 e Res. CSJT Nº 282/2021			Agentes de Segurança Judiciária
32	Plano Anual de Capacitação para os servidores de TI e Segurança da Informação	Res. CNJ Nº 443 de 17/01/2022 – Art. 3º			Servidores de TI e Segurança da Informação

Os cursos da tabela supra não são exaustivos, pois no decorrer do exercício surgem novas necessidades das unidades, bem como outras exigências de órgãos superiores.

Segue a tabela dos cursos realizados pela EJUD11 no exercício de 2025.

Período	Atividade	Eixo	Modalidade	Público-Alvo	CH	Instrutor /palestrante/ Instituição
JANEIRO						
16 de jan	Curso “Violência Doméstica e Aspectos Gerais”	Direito e Sociedade	Telepresencial	Magistrados e Servidores	5h	NUCAM
23 e 24 de jan	Curso de Formação Humanística: Trabalho Escravo Contemporâneo - Análise, Identificação de Casos e Tipificação	Direito e Sociedade	Híbrida	Magistrados e Servidores	4h	NUCAM
28 e 29 de jan	I Curso de Formação em Protocolos de Atuação e Julgamento em Perspectiva Múltiplas na Justiça do Trabalho	Alteridad e	Telepresencial	Magistrados e Servidores	5h	NUCAM
30 e 31 de jan	Procolo para Atuação e Julgamento: Perspectiva Antidiscriminatória, Interseccional e Inclusiva com enfoque em Gênero	Direito e Sociedade	Telepresencial	Magistrados e Servidores	5h	NUCAM
FEVEREIRO						
3 de fev a 31 de mar	Universidade Corporativa – Grupo 1 Cursos: Educação Ambiental; Assédio Moral, assédio sexual e discriminação pública; Direitos das Pessoas com Deficiência	Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores	16h	Instituto Educere Ltda
3 de fev a 31 de mar	Universidade Corporativa – Grupo 2 Diversos cursos nas seguintes temáticas: linguagem e comunicação; Língua estrangeira;	Resolução de Conflitos, Eticidade, Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores	Diversas	Instituto Educere Ltda

	Qualidade de Vida/Ética e responsabilidade social; Administrativa/comportamental; Jurídica; Informática; Resoluções CNJ e CSJT					
26 de fev 12, 19, 26 de mar 2, 9, 24 e 30 de abr	Curso de Mindfulness – Atenção Plena – Turma 1	Direito e Sociedade	Presencial	Magistrados/ servidores/ estagiários	16h	NUCAS
MARÇO						
18, 25, 31 de mar 1, 3 e 4 de abr	Curso de Capacitação em Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância	Eticidade	Telepresencial	Magistrados e Servidores	12h	NUCAS
27 e 28 de mar e 4 de abr	Curso de Capacitação em Ferramentas de Pesquisa Patrimonial	Resolução de Conflitos	Híbrido	Servidores da Execução	12h	NUCAS
mar/dez	Prática de Yoga	Direito e Sociedade	Presencial	Magistrados/ Servidores/ Estagiários/Terceirizados	67h	NUCAS
ABRIL						
1 de abr a 31 de mai	Universidade Corporativa – Grupo 3 Cursos nas temáticas de Desenvolvimento Gerencial	Resolução de Conflitos	EAD	Magistrados e Servidores	30h	Instituto Educere Ltda
7 a 11 de abr	XXII Jomatra	Direito e Sociedade	Híbrida	Magistrados	27h40	NUCAM
1 de abr a 31 de mai	Universidade Corporativa – Grupo 4 Cursos: Atendimento inclusivo; Povos Indígenas: realidade, respeito e legislação; Letramento Racial; Protocolo para julgamento com perspectiva	Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores	16h	Instituto Educere Ltda

MAIO						
mai	II - Oficina sobre Documentos de Contratação com Ênfase em TR	Resolução de Conflitos	Presencial	Servidores	6h	NUCAS
5 e 6 de mai	Curso de Capacitação em Ferramentas de Pesquisa Patrimonial para os Oficiais de Justiça - Turma 1	Resolução de Conflitos	Presencial	Oficiais de Justiça	6h	NUCAS
12 e 13 de mai	Curso de Capacitação em Ferramentas de Pesquisa Patrimonial para os Oficiais de Justiça - Turma 2	Resolução de Conflitos	Presencial	Oficiais de Justiça	6h	NUCAS
28 de mai a 26 de jun	Universidade Corporativa - Grupo 5 / Equidade racial Diversos cursos: povos indígenas, respeito e legislação letramento racial Protocolo para julgamento a perspectiva racial	Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores	Diversas	Instituto Educere Ltda
mai	Curso de técnicas para reduzir a duração do trâmite processual	Resolução de Conflitos	Híbrido	Servidores	10h	NUCAS
mai	Aula de dança	Direito e Sociedade	Presencial	Magistrados/ servidores/ estagiários e terceirizados	55h	NUCAS
JUNHO						
2 de jun a 21 de jul	Universidade Corporativa - Grupo 6 Diversos cursos nas seguintes temáticas: linguagem e comunicação; Língua estrangeira; Qualidade de Vida/Ética e responsabilidade social; Administrativa/comportamental; Jurídica;	Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores	Diversas	Instituto Educere Ltda

	Informática; Resoluções CNJ e CSJT					
jun	Curso Temas Avançados de Execução	Resolução de Conflitos	Telepresencial	Magistrados e Servidores	15h	NUCAS
jun	Curso sobre Finanças Pessoais – Atualização	Direito e Sociedade	Telepresencial	Magistrados/ Servidores e estagiários	1h	NUCAS
jun	Curso de Hikcentral Webclient		Presencial	tic/APJ/terceirizados	2h	NUCAS
jun	Implantação do PANGEA	Direito e Sociedade	Presencial	Servidores	4h	NUCAM/NUCAS
jun	Implantação do PANGEA	Direito e Sociedade	Presencial	Servidores	2h	NUCAM/NUCAS
26 e 27 de jun	Programa Justiça Itinerante Cooperativa na amazônia Legal - JICAL			Parceria		
9 e 23 de jun 7 e 21 de jul	Curso de Formação de Conciliadores e Mediadores	Resolução de conflitos	Telepresencial	Magistrados/ servidores	60h	NUCAM
JULHO						
18 e 25 de jul 1, 8 e 15 de ago	Curso precedentes e novos fluxos recursais	Direito e Sociedade / Resolução de Conflitos	Telepresencial/ EAD	Magistrados/ servidores	32h	Dr. César Pritsch
3, 4, 11 e 12 de jul	Curso de Execução Trabalhistas – Aspectos Práticos (módulos 1 e 2)	Resolução de Conflitos	Telepresencial	Servidores	12h	NUCAS
jul	Palestra de Saúde Financeira para o Servidor Público	Direito e Sociedade	Telepresencial	Servidores	1h	NUCAS
Jul/ago/set/ out/nov	Programação PJE/E-Gestão e DataJud	Resolução de Conflitos	Presencial e Telepresencial	Servidores	38h	NUCAS
AGOSTO						
18 de ago a 29 de out	Curso de Precedentes no Processo Trabalhista	Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores (1º e 2º Grau)	40h	NUCAS
26.2/12,19,26.3 /2,9,24 e 30.4	Curso de Mindfulness – Atenção Plena – Turma 2	Direito e Sociedade	Telepresencial	Magistrados/ servidores/	16h	NUCAS

				estagiários		
1 de ago a 30 de set	Universidade Corporativa – Grupo 7 Cursos: Linguagem Inclusiva e Práticas Ambientais Saudáveis	Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores	Diversas	Instituto Educere Ltda
1 de ago a 30 de set	Universidade Corporativa – Grupo 8 Cursos: Simplificação da Linguagem Jurídica	Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores	16h	Instituto Educere Ltda
ago	PRA-GAS Turma 1	Direito e Sociedade	EAD/ Telepresencial	APJ	30h	NUCAS
SETEMBRO						
set	PRA-GAS Turma 2	Direito e Sociedade	EAD/ Telepresencial	APJ	30h	NUCAS
OUTUBRO						
out	III Jornada de Precatórios do TRT11	Resolução e Conflitos	Telepresencial	Magistrados e Servidores	6H	NUCAS
13 a 17 de out	XXIII Jomatra	Direito e Sociedade	Presencial	Magistrados	30h	NUCAM
20 a 22 de out	IX Seminário Roraimense – I Fórum de Debates sobre o Trabalho Infantil de Indígenas e Migrantes	Direito e Sociedade	Presencial	Magistrados	18h	EJUD11
1 de out a 30 de nov	Universidade Corporativa – Grupo 9 Cursos nas temáticas de Desenvolvimento Gerencial	Direito e Sociedade	EAD	Magistrados e Servidores	30h	Instituto Educere Ltda
NOVEMBRO						
nov	Panorama de Pesquisa Patrimonial: o Essencial para Assessores de Desembargador	Direito e Sociedade	Telepresencial	Assessores de Gabinete	3h	NUCAS
3 a 11 de nov	Curso de Gestão do Sistema PROAD		Telepresencial	Servidores	10h	NUCAS

17 a 19 de nov	Curso de Quilombolas no Brasil – Resistência e Direitos	Alteridade e	Híbrido	Magistrados e Servidores		NUCAM
24 de nov a 2 de dez	Curso de Uso do Sistema PROAD – Turma 1	Direito e Sociedade	Presencial	Servidores	5h	NUCAS
25 de nov a 3 de dez	Curso de Uso do Sistema PROAD – Turma 2	Direito e Sociedade	Presencial	Servidores	5h	NUCAS
28 de nov	Encerramento do Ano Letivo 2025	Alteridade e	Presencial	Magistrados/ Servidores/ Estagiários	5h	EJUD11
DEZEMBRO						
2, 5 e 9 de dez	Curso de Oratória para servidores da EJUD11	Direito e Sociedade	Telepresencial	Servidores	12h	EJUD11
5 e 12 de dez	Curso de IA para servidores do TRT11	Direito e Sociedade	Presencial	Servidores da área administrativa	6h	NUCAS
10 de dez	Curso de Lei Geral de Proteção de Dados	Direito e Sociedade	Telepresencial	Magistrados e servidores	7h	NUCAM

9. Considerações Finais

O Planejamento Anual de Capacitação 2025 traduz o compromisso da Escola Judicial com a formação integral, a valorização humana e a excelência da prestação jurisdicional. A construção de uma Justiça do Trabalho moderna, inclusiva e eficaz depende da formação contínua de seus quadros, e a EJUD11 permanece firme nesse propósito, com visão estratégica e sensibilidade social.

Manaus, 24 de novembro de 2025.

Assinatura Eletrônica

Ruth Barbosa Sampaio

Desa. Diretora da Escola Judicial do TRT da 11ª Região

Assinatura Eletrônica

Igo Zany Nunes Correa

Vice-Diretor e Coordenador Pedagógico da Escola Judicial

Assinatura Eletrônica

Rejane de Aragão Oliveira

Diretora de Secretaria da Escola Judicial